

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

LabCit/GEDRI

ISSN 2675-3308

v. 6, n. 5, 2025

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS TRÊS FRENTES DE EXPANSÃO, DA ECONOMIA DO PROJETAMENTO E DAS EXPERIÊNCIAS COMPARADAS A PARTIR DAS NOTAS DE AULA (PARTE 1)

Márcio Rogério Silveira

O Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística (LabCit) se constitui como espaço de interação entre pesquisadores, professores, estudantes e comunidade, oferecendo suporte para atividades de pesquisa, ensino e extensão. A origem do laboratório remete ao Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas (GEDRI), constituído em 2005. Ele congrega pesquisadores de diferentes regiões do país. O grupo é certificado pelo CNPq desde 2005 e atualmente é sediado no Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Edição do Textos para Discussão

LabCit/GEDRI

www.labcit.ufsc.br

Departamento de Geociências

Bloco C do CFH, sala 4

E-mail: labcit.gedri.cfh@contato.ufsc.br

Vinculação institucional

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)

Departamento de Geociências (GCN)

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG)

Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística (LabCit)

Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas (GEDRI)

Coordenador: Prof. Dr. Márcio Rogério Silveira

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS TRÊS FRENTES DE EXPANSÃO, DA ECONOMIA DO PROJETAMENTO E DAS EXPERIÊNCIAS COMPARADAS A PARTIR DAS NOTAS DE AULA (PARTE 1)

Márcio Rogério Silveira

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

marcio.gedri@gmail.com

Resumo: O presente texto, embasado em anotações de aula, referente a disciplina “Planejamento, desenvolvimento e competitividade territorial: transportes, logística e seus impactos no mundo e no Brasil, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, analisa criticamente as principais abordagens contemporâneas sobre estratégias de desenvolvimento econômico, integrando contribuições teóricas do estruturalismo latino-americano, da economia do projetamento e de experiências históricas de industrialização tardia. O artigo está dividido em duas partes e refere-se aos temas tratados na aula 2 e 3 da disciplina. Partindo da proposta de Ricardo Bielschowsky sobre as três frentes de expansão no Brasil (consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura), o trabalho incorpora as contribuições de Ignácio Rangel e Elias Jabbour sobre a economia do projetamento, examinando criticamente a Nova Economia Estruturalista de Justin Yifu Lin e o Novo Desenvolvimentismo de Luiz Carlos Bresser-Pereira. A experiência chinesa de socialização dos investimentos é analisada como materialização contemporânea de um modelo ativo de desenvolvimento, contrastando com abordagens conciliatórias que subestimam o papel estratégico do Estado. O artigo argumenta que o desenvolvimento requer transformações estruturais deliberadas, coordenação estatal de investimentos e políticas industriais ativas, elementos ausentes nas formulações que buscam compatibilizar desenvolvimento com a ordem econômica neoliberal vigente. As conclusões apontam para a necessidade de uma estratégia transformadora que articule as três frentes de expansão, potencializadas por inovação tecnológica e fortalecimento de encadeamentos produtivos, sob coordenação estatal capaz de produzir rupturas estruturais.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Economia do projetamento. Estruturalismo. Brasil e China. Transformação estrutural.

DEVELOPMENT STRATEGIES IN CONTEMPORARY CAPITALISM: A CRITICAL ANALYSIS OF THE THREE FRONTS OF EXPANSION, THE ECONOMICS OF PLANNING, AND COMPARATIVE EXPERIENCES BASED ON LECTURE NOTES (PART 1)

Abstract: The present text, based on class notes from the course “Planning, development and territorial competitiveness: transport, logistics and their impacts in the world and in Brazil”, taught in the Postgraduate Program in Geography, critically analyzes the main contemporary approaches to economic development strategies, integrating theoretical contributions from Latin American structuralism, the economics of “projetamento” (projecting/designing), and historical experiences of late industrialization. The article is divided into two parts and refers to the topics covered in classes 2 and 3 of the course. Starting from Ricardo Bielschowsky’s proposal regarding the three fronts of expansion in Brazil (mass consumption, natural resources,

and infrastructure), the work incorporates the contributions of Ignácio Rangel and Elias Jabbour on the economics of “projatamento”, critically examining the New Structural Economics of Justin Yifu Lin and the New Developmentalism of Luiz Carlos Bresser-Pereira. The Chinese experience of investment socialization is analyzed as a contemporary materialization of an active development model, contrasting with conciliatory approaches that underestimate the strategic role of the State. The article argues that development requires deliberate structural transformations, state coordination of investments, and active industrial policies, elements absent in formulations that seek to reconcile development with the prevailing neoliberal economic order. The conclusions point to the need for a transformative strategy that articulates the three fronts of expansion, potentiated by technological innovation and the strengthening of productive linkages, under state coordination capable of producing structural ruptures.

Keywords: Economic development. Planning economics. Structuralism. Brazil and China. Structural transformation.

ESTRATEGIAS DE DESARROLLO EN EL CAPITALISMO CONTEMPORÁNEO: UN ANÁLISIS CRÍTICO DE LOS TRES FRENTE DE EXPANSIÓN, LA ECONOMÍA DE LA PLANIFICACIÓN Y EXPERIENCIAS COMPARATIVAS BASADAS EN APUNTES DE CLASE (PARTE 1)

Resumen: El presente texto, basado en apuntes de clase de la asignatura “Planificación, desarrollo y competitividad territorial: transporte, logística y sus impactos en el mundo y en Brasil”, impartida en el Programa de Posgrado en Geografía, analiza críticamente los principales enfoques contemporáneos sobre estrategias de desarrollo económico, integrando contribuciones teóricas del estructuralismo latinoamericano, la economía de la proyectación (projatamento), y experiencias históricas de industrialización tardía. El artículo se divide en dos partes y se refiere a los temas tratados en las clases 2 y 3 de la asignatura. Partiendo de la propuesta de Ricardo Bielschowsky sobre los tres frentes de expansión en Brasil (consumo masivo, recursos naturales e infraestructura), el trabajo incorpora las contribuciones de Ignácio Rangel y Elias Jabbour sobre la economía de la proyectación, examinando críticamente la Nueva Economía Estructural de Justin Yifu Lin y el Nuevo Desarrollismo de Luiz Carlos Bresser-Pereira. La experiencia china de socialización de las inversiones se analiza como una materialización contemporánea de un modelo activo de desarrollo, contrastando con enfoques conciliadores que subestiman el papel estratégico del Estado. El artículo argumenta que el desarrollo requiere transformaciones estructurales deliberadas, coordinación estatal de las inversiones y políticas industriales activas, elementos ausentes en las formulaciones que buscan compatibilizar el desarrollo con el orden económico neoliberal vigente. Las conclusiones señalan la necesidad de una estrategia transformadora que articule los tres frentes de expansión, potenciada por la innovación tecnológica y el fortalecimiento de los encadenamientos productivos, bajo una coordinación estatal capaz de producir rupturas estructurales.

Palabras clave: Desarrollo económico; Economía de la planificación; Estructuralismo; Brasil y China; Transformación estructural.

INTRODUÇÃO GERAL

O presente texto, dividido em duas publicações foi construído a partir de anotações de aula, referente a disciplina *Planejamento, desenvolvimento e competitividade territorial: transportes, logística e seus impactos no mundo e no Brasil*, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no segundo semestre de 2025. A disciplina contou com a colaboração do Professor Doutor Nelson Fernandes Felipe Junior da UNILA. A reflexão sobre estratégias de desenvolvimento econômico no capitalismo contemporâneo enfrenta desafios teóricos e práticos de grande envergadura. Após décadas de hegemonia neoliberal, marcadas pela desregulamentação dos mercados, redução do papel do Estado e abertura financeira indiscriminada, a crise financeira global de 2008, um significativo evento disruptivo (Silveira; Felipe Junior; Cocco, 2025), recolocou na agenda internacional a necessidade de repensar os fundamentos do desenvolvimento. Simultaneamente, o deslocamento do centro dinâmico mundial para a China evidenciou que trajetórias bem-sucedidas de industrialização tardia envolveram forte planejamento estatal, coordenação de investimentos e políticas industriais ativas, distanciando-se significativamente das prescrições ortodoxas.

No Brasil, o debate sobre desenvolvimento passou por transformações profundas desde a era desenvolvimentista (1930-1980), quando predominou uma “convenção do crescimento” sustentada pela hegemonia da ideologia desenvolvimentista e pela condução estatal da industrialização acelerada (Castro, 1993; Bielschowsky, 2005). A partir de 1980, a aceleração inflacionária, a crise externa e fiscal e o consequente enfraquecimento do Estado desenvolvimentista inibiram a reflexão sobre desenvolvimento econômico, abrindo espaço para a ascensão do liberalismo econômico (Bielschowsky, 2013). Somente nos anos 2000, com a estabilização macroeconômica e a retomada do crescimento, o debate desenvolvimentista ressurgiu, ainda que em contexto marcado por constrangimentos estruturais herdados das décadas anteriores.

Ricardo Bielschowsky (2013) propôs um desenho conceitual para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil fundamentada na existência de três poderosas frentes de expansão: um amplo mercado interno de consumo de massa, forte demanda nacional e mundial por recursos naturais abundantes, e perspectivas favoráveis para investimentos em infraestrutura econômica e social. Segundo o autor, se adequadamente traduzidos em expansão do investimento, esses três motores do desenvolvimento poderiam proporcionar crescimento vigoroso nas próximas décadas, desde que devidamente “turbinados” por inovação tecnológica e pela reativação de encadeamentos produtivos tradicionais.

Paralelamente, a tradição teórica inaugurada por Ignácio Rangel (1987) sobre a economia do projeto e discutida contemporaneamente por Jabbour oferece elementos conceituais fundamentais para compreender o papel estratégico do Estado na transformação estrutural. Rangel (2005[1981]) sustentou que o desenvolvimento requer planejamento econômico de longo prazo, coordenação estatal e indução de investimentos estratégicos, não se limitando à correção de falhas de mercado, mas criando condições materiais e financeiras para que setores dinâmicos se desenvolvam de forma articulada e anticíclica. Jabbour (2020; 2023) demonstra que a experiência chinesa representa a materialização contemporânea dessa lógica, ao articular Estado, planejamento, território e inovação em um modelo ativo de desenvolvimento.

Contudo, abordagens recentes como a Nova Economia Estruturalista (NES) de Justin Yifu Lin e o Novo Desenvolvimentismo de Luiz Carlos Bresser-Pereira, embora reconheçam a importância do Estado, têm sido criticadas por seu caráter conciliatório com a ortodoxia neoclássica e por subestimarem a necessidade de rupturas estruturais. A NES, ao enfatizar o desenvolvimento gradual alinhado às vantagens comparativas existentes, aproxima-se de uma leitura funcionalista que tende a reproduzir padrões históricos de especialização periférica (Chang, 2002; Amsden, 2001). O Novo Desenvolvimentismo, por sua vez, ao concentrar-se em variáveis macroeconômicas (câmbio, juros, fiscal), subestima a política

industrial ativa e não enfrenta diretamente a hegemonia neoliberal (Bresser-Pereira, 2012; 2019).

Nesse contexto, os dois textos têm como objetivo analisar criticamente as principais abordagens contemporâneas sobre desenvolvimento econômico, integrando as contribuições de Bielschowsky sobre as três frentes de expansão, de Rangel e Jabbour sobre a economia do projeto, e examinando experiências comparadas de industrialização tardia, com ênfase na trajetória chinesa. A problemática central reside em compreender como pensar estratégias de desenvolvimento no capitalismo contemporâneo que superem os limites das abordagens conciliatórias e sejam capazes de produzir transformações estruturais deliberadas.

1 REFERENCIAL TEÓRICO: DO ESTRUTURALISMO CLÁSSICO ÀS NOVAS ABORDAGENS

1.1 O ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO CLÁSSICO

O estruturalismo latino-americano, desenvolvido principalmente por Raúl Prebisch e Celso Furtado no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), constituiu uma das mais importantes contribuições teóricas ao pensamento econômico sobre desenvolvimento. Prebisch (1949) formulou a tese da deterioração dos termos de troca, demonstrando que a especialização produtiva dos países periféricos em produtos primários resultava em transferência sistemática de renda para os países centrais, dado o comportamento assimétrico dos preços relativos no comércio internacional.

Furtado (1959), em sua análise da formação econômica do Brasil, evidenciou que o subdesenvolvimento não constitui uma etapa prévia ao desenvolvimento, mas uma forma histórica específica de desenvolvimento capitalista, marcada por desequilíbrios estruturais internos e externos. A superação dessa condição exigiria transformações estruturais deliberadas, conduzidas por políticas ativas de industrialização por substituição de

importações, com papel protagonista do Estado na coordenação de investimentos e na criação de capacidade produtiva em setores estratégicos.

A tradição estruturalista latino-americana caracteriza-se, portanto, pela crítica frontal à teoria das vantagens comparativas e pela defesa da transformação ativa da estrutura produtiva. Diferentemente das abordagens ortodoxas, que postulam a especialização segundo dotações de fatores, o estruturalismo enfatiza a necessidade de ruptura com padrões históricos de inserção internacional e a construção de capacidades produtivas e tecnológicas em setores de alta complexidade. O Estado não é visto como mero corretor de falhas de mercado, mas como agente estruturante do processo de desenvolvimento, capaz de coordenar investimentos, induzir transformações tecnológicas e articular encadeamentos produtivos.

Armen Mamigonian (2000; 2002) faz uma crítica à teoria da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que apresenta densidade teórica e um rigor analítico importante, situando-se no debate estrutural sobre o desenvolvimento latino-americano. Seu argumento central aponta as limitações explicativas e os pressupostos estagnacionistas da perspectiva cepalina, especialmente no que concerne à industrialização brasileira e latino-americana. Mamigonian identifica na teoria cepalina um “caráter estagnacionista”. Para ele a CEPAL tem uma interpretação segundo a qual o comércio internacional opera de modo estruturalmente desfavorável aos países periféricos, uma vez que o excedente econômico gerado é majoritariamente transferido para os países centrais, enquanto a parcela que permanece na periferia é apropriada e desperdiçada pelas classes dominantes e médias em consumo suntuário. Essa leitura conduz a uma concepção de bloqueio estrutural ao desenvolvimento autônomo, sugerindo que apenas por meio de reformas de caráter redistributivo e da intervenção estatal seria possível romper o impasse histórico do subdesenvolvimento (Mamigonian, 2000).

Mamigonian (2000) questiona a “subestimação do processo industrial pré-existente” na América Latina, algo já identificado por Ignácio Rangel, em dualidade da economia brasileira (1957). A CEPAL negligenciou o fato de que, desde as primeiras décadas do século

XX, já havia significativo avanço industrial em diversos países latino-americanos. O caso argentino de 1929 é emblemático: o setor industrial correspondia a 22,8% do PIB, ao passo que no México e no Brasil esse percentual também era expressivo (Mamigonian, 2000). Assim, a teoria da “industrialização por substituição de importações” não reconhece adequadamente a capacidade endógena de desenvolvimento industrial que antecedeu a formulação cepalina e suas recomendações de política econômica.

Outro aspecto da crítica de Mamigonian reside na “ênfase excessiva que a CEPAL confere aos obstáculos externos e internos”, sem analisar em profundidade as dinâmicas próprias da formação capitalista periférica. A teoria cepalina privilegia elementos como a deterioração dos termos de intercâmbio, a dependência tecnológica, a concentração de renda e a limitação do mercado interno, sem considerar de modo suficiente os mecanismos internos de acumulação capitalista e os agentes sociais que impulsionaram o processo industrial no Brasil. Adicionalmente, Mamigonian observa que a teoria cepalina apresenta “fragilidades quanto à análise das formas sociais da acumulação”. Ao priorizar determinantes macroeconômicos externos, ela deixa em segundo plano as classes sociais e os grupos econômicos internos que desempenharam papel estruturante na industrialização brasileira, como a burguesia industrial nascente e setores imigrantes articulados ao capital comercial e produtivo (pequena produção mercantil).

A CEPAL interpreta as crises econômicas, a exemplo de 1962-1967, como impasses estruturais definitivos do modelo de substituição de importações, quando, na realidade, tais conjunturas devem ser compreendidas como momentos recessivos de ciclos econômicos internos (juglarianos associados aos de Kondratieff). Ignácio Rangel sustenta que o capitalismo brasileiro possui capacidade de expansão endógena, mesmo diante de condições externas adversas. A teoria cepalina recusa a visão de bloqueio estrutural e propõe uma leitura alternativa baseada em processos internos de acumulação e em ciclos econômicos endógenos. Tal perspectiva evidencia a necessidade de compreender o desenvolvimento industrial brasileiro não apenas como resposta a choques externos ou

políticas estatais, mas como resultado de uma dinâmica capitalista própria, articulada e historicamente determinada.

1.1.1 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E A RUPTURA COM O ESTRUTURALISMO CEPALINO

A Teoria da Dependência surge como uma ruptura epistemológica e política no pensamento social latino-americano, consolidada em um contexto de crise da hegemonia da CEPAL nas esquerdas, especialmente após o golpe militar de 1964 no Brasil. Sua formulação expressa um divórcio teórico do estruturalismo cepalino que, apesar de identificar a deterioração dos termos de troca, era marcado por um pessimismo estrutural quanto às possibilidades de desenvolvimento autônomo da periferia (Furtado, 1961). O arcabouço dependentista emerge do próprio campo intelectual de esquerda latino-americano e de setores críticos nos países centrais, buscando reinterpretar a formação econômica e social da América Latina. Autores como André Gunder Frank (1966), Ruy Mauro Marini (1972), Immanuel Wallerstein (1974) e Pierre Salama (1976) rechaçam a suposta dualidade entre “feudalismo” e “capitalismo”, postulando que a América Latina é o “resultado histórico da expansão capitalista europeia” e, portanto, capitalista desde sua origem, constituindo-se como parte “funcional e subordinada” do sistema mundial. Para esses teóricos, os arcaísmos não são resíduos feudais, mas sim expressões específicas do subdesenvolvimento capitalista dependente.

Para Mamigonian (2000; 2002) os dependentistas reconhecem que houve forte avanço industrial no Brasil durante a década de 1950, diferenciando-se da análise cepalina ao afirmar que tal expansão ocorreu em função do aprofundamento da dependência e não de um projeto autônomo de desenvolvimento nacional. O tripé formado pelas empresas multinacionais, pelas estatais e pelo capital privado nacional (típico da industrialização brasileira no período) é interpretado como evidência dessa inserção subordinada. A indústria automobilística, por exemplo, constitui um caso emblemático: cabia às estatais fornecerem insumos básicos, às empresas nacionais a produção de autopeças e às multinacionais o

controle tecnológico e a montagem final. Essa estrutura assegurava “a centralização do comando tecnológico e produtivo nos países do centro”, reforçando o caráter dependente da economia brasileira.

Uma característica central da teoria da dependência consiste em entender que a expansão industrial na periferia não elimina a dependência, mas a reproduz em novos patamares. Com a industrialização dependente, a transferência de excedente para o exterior não ocorre apenas por meio das trocas desiguais no comércio internacional, como postulava a CEPAL, mas também por meio de remessas de lucros, royalties, pagamento de serviços tecnológicos e dívida externa. O acesso restrito à tecnologia de ponta e a ausência de um setor de bens de capital autônomo reforçam a posição subordinada do Brasil e de outros países latino-americanos na divisão internacional do trabalho.

Outro elemento relevante é a associação entre dependência e autoritarismo político. Para Mamigonian (2000), a combinação entre uso intensivo de tecnologias sofisticadas, alta produtividade e manutenção de um vasto exército industrial de reserva gera superexploração da força de trabalho e concentração de renda. Essa estrutura demanda regimes autoritários (“ditaduras militares colonial-fascistas”) para garantir a reprodução das condições sociais e políticas que sustentam a dependência econômica. A teoria da dependência ainda enfatiza que, a partir da crise do modelo de substituição de importações, a saída encontrada foi exportar manufaturas de baixo valor agregado, configurando um novo padrão de inserção internacional. Países como o Brasil passam a atuar como subimperialismos regionais, exportando bens industriais leves (têxteis, calçados, bens de consumo) enquanto permanecem dependentes da importação de bens de capital e tecnologias sofisticadas. Essa dinâmica reforça os desequilíbrios setoriais internos e mantém o país subordinado às cadeias produtivas comandadas pelo centro do sistema capitalista.

Mamigonian ressalta que, apesar das diferenças aparentes, a teoria da dependência mantém a matriz estagnacionista da CEPAL, projetando limites rígidos para o desenvolvimento capitalista autônomo. A dependência é apresentada como estrutural e duradoura, restringindo as possibilidades de superação por meio de reformas internas ou

de industrialização endógena. Essa concepção, ao longo dos anos 1960 e 1970, também serviu como justificativa política para projetos revolucionários em setores da esquerda latino-americana, que interpretavam o capitalismo dependente como historicamente incapaz de gerar desenvolvimento socialmente inclusivo. A Teoria da Dependência não consegue explicar o dinamismo real que o processo de industrialização brasileira adquiriu. O modelo estagnacionista, ao focar na transferência de excedente e na sua alegada insuficiência interna, desconsidera a capacidade endógena de reação e acumulação que a economia brasileira demonstrou, especialmente após a crise de 1929. A Teoria da Dependência incorre no erro de negar o dinamismo intrínseco do capitalismo periférico.

Ignácio Rangel (1957), formalizada na teoria da "Dualidade da Economia Brasileira" trata a economia brasileira como fundamentalmente dinâmica. Rangel insere o processo de acumulação na periferia no contexto da teoria dos ciclos econômicos (ciclos médios/juglarianos e longos/Kondratieff). Ele argumenta que o impulso industrial brasileiro não foi um mero reflexo passivo da atração de capital externo subordinado. Pelo contrário, o dinamismo nasceu e se fortaleceu sob o influxo dos ciclos mundiais, demonstrando uma capacidade endógena de acumulação e reação em momentos de crise do comércio internacional. As crises no centro abriam "janelas de oportunidade" para a periferia, onde as atividades voltadas para o mercado interno (substituição de importações pela via natural e a "pequena produção mercantil") se expandiam, impulsionando a acumulação. Essa visão reconhece o "enorme dinamismo do processo de acumulação capitalista brasileiro", contrapondo-se ao determinismo estrutural da Teoria da Dependência clássica que postulava a incapacidade histórica do capitalismo dependente de gerar desenvolvimento autônomo. Enquanto a Teoria da Dependência via a dependência como um bloqueio quase insuperável, Rangel a enxergava como uma contradição dinâmica, capaz de gerar desenvolvimento cíclico e reativo, oferecendo uma análise mais matizada e historicamente precisa do desenvolvimento industrial brasileiro. Fato que leva Rangel a ter um pensamento independente sobre o desenvolvimento econômico (Bielschowsky, 2005).

1.1.2 O PENSAMENTO INDEPENDENTE DE IGNÁCIO RANGEL

O pensamento econômico de Ignácio Rangel ocupa posição central na formulação de uma interpretação autônoma e estrutural das dinâmicas do desenvolvimento capitalista no Brasil. Segundo Ricardo Bielschowsky, em *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo* (2005), Rangel deve ser compreendido como um pensador independente e heterodoxo, que construiu um arcabouço teórico próprio a partir da análise das contradições internas do capitalismo brasileiro, distanciando-se das formulações dominantes da CEPAL, do liberalismo ortodoxo e da vertente clássica da Teoria da Dependência.

A singularidade de sua contribuição reside, sobretudo, na formulação da chamada “Dualidade Básica”: conceito no qual a coexistência entre um setor moderno e um setor atrasado (ou de economia mercantil simples) não é concebida como obstáculo estrutural ao desenvolvimento, mas como elemento constitutivo do próprio dinamismo do capitalismo brasileiro. Ao interpretar essa dualidade como mecanismo de geração de excedente econômico e de força de trabalho, Rangel se distancia do pessimismo estrutural presente em parte significativa do pensamento cepalino, bem como da leitura determinista da dependência que via a industrialização periférica como mera intensificação da subordinação externa (Mamigonian, 2000).

Essa leitura tem implicações importantes. Enquanto a CEPAL enfatizava os limites estruturais impostos pela deterioração dos termos de intercâmbio e pela dependência de importações de bens de capital, Rangel interpretava as crises externas e as interrupções do comércio internacional como janelas de oportunidade para a substituição de importações e para a expansão da acumulação interna. Seu uso sistemático da Teoria dos Ciclos Econômicos o levou a compreender o desenvolvimento brasileiro como um processo endógeno e contraditório, no qual os movimentos de retração do centro capitalista abriam espaços para saltos de industrialização e mudanças estruturais internas. Essa visão cíclica e estratégica contrasta diretamente com o determinismo da dependência clássica e com o

estruturalismo excessivamente rígido de parte da tradição cepalina (Bielschowsky, 2005; Mamigonian, 2000).

Para Armen Mamigonian, a originalidade de Rangel reside justamente na recusa de uma leitura passiva da condição periférica. Em suas críticas à teoria da dependência, Mamigonian (2000) argumenta que Rangel foi um dos poucos economistas brasileiros a elaborar um diagnóstico no qual as contradições internas da formação social capitalista periférica são vistas como motores da transformação estrutural, e não apenas como reflexos de imposições externas. Essa interpretação reforça a dimensão política e histórica de seu pensamento, profundamente ancorado na especificidade da trajetória brasileira.

Na mesma direção, Márcio Henrique Monteiro de Castro (2017) destaca que o pensamento rangeliano não se restringe a uma leitura econômica estrita, mas envolve uma concepção ampla de planejamento e intervenção estatal. Rangel identifica a presença de um “complexo estatal-privado” que atua de forma contraditória: por um lado, garante a reprodução do capital; por outro, abre espaço para que o Estado, em determinados momentos, conduza estratégias de desenvolvimento autônomas. Esse caráter dialético do Estado na economia nacional rompe com leituras simplificadoras que opõem mecanicamente dependência e autonomia, e permite compreender como se produziram ciclos internos de desenvolvimento capitalista, mesmo sob condições de subordinação geopolítica (Monteiro de Castro, 2017).

A abordagem de Luiz Carlos Bresser-Pereira também oferece um contraponto importante. Embora vinculado ao chamado “novo desenvolvimentismo”, Bresser-Pereira reconhece o pioneirismo de Rangel na formulação de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Para ele, a análise rangeliana antecipou, de forma singular, a ideia de que países periféricos podem utilizar políticas estatais e mecanismos internos de financiamento para ampliar sua margem de manobra dentro da divisão internacional do trabalho (Bresser-Pereira, 2006). Ainda que suas formulações teóricas possuam diferenças substantivas, especialmente no que tange à interpretação do papel do Estado e da natureza da

dependência externa, ambos convergem na crítica à passividade das economias periféricas e na defesa de estratégias nacionais de desenvolvimento.

Portanto, o pensamento de Ignácio Rangel se distingue por articular, de forma original, elementos do estruturalismo latino-americano, da teoria dos ciclos e de uma leitura histórica e dialética da formação econômica brasileira. Essa articulação permite superar dualismos explicativos, entre dependência e autonomia, entre modernidade e atraso, entre Estado e mercado, ao compreender o desenvolvimento capitalista brasileiro como processo contraditório, dinâmico e historicamente situado. Como observa Bielschowsky (1988), trata-se do esforço mais sofisticado de construção de uma teoria econômica nacional, capaz de interpretar os mecanismos internos de acumulação e de transformação estrutural, algo que nem o estruturalismo cepalino nem a teoria da dependência clássica conseguiram realizar plenamente.

1.2. A NOVA ECONOMIA ESTRUTURALISTA (NES)

A chamada Nova Economia Estruturalista (NES), proposta por Justin Yifu Lin no final dos anos 2000, representa uma tentativa de renovar o estruturalismo clássico latino-americano a partir de pressupostos mais próximos da ortodoxia econômica dominante, especialmente das abordagens neoclássicas e institucionalistas. Lin defende a importância de uma estratégia de desenvolvimento guiada pelo Estado, mas ancorada nas “vantagens comparativas” existentes, com intervenções coordenadas para facilitar a transformação estrutural e a industrialização.

Segundo a NES, o desenvolvimento deve ocorrer gradualmente, partindo das vantagens comparativas existentes, com o Estado atuando como “facilitador” para reduzir “falhas de coordenação” e “falhas de mercado”. Essa concepção contrasta com o estruturalismo clássico, que defendia a transformação ativa da estrutura produtiva para superar a dependência de setores primários. A ênfase da NES na especialização produtiva de acordo com as vantagens comparativas existentes é considerada conservadora e, em

termos, compatível com a lógica liberal, por tender a reproduzir padrões históricos de especialização periférica e dependência tecnológica. Romper com esse padrão permitiu ao leste asiático desenvolver-se acima dos padrões ocidentais e, no caso específico da China, com significativa independência.

As críticas à NES são consistentes e convergem em diversos pontos fundamentais. Ha-Joon Chang (2002, 2011) argumenta que os países hoje desenvolvidos não seguiram suas vantagens comparativas, mas as transformaram por meio de políticas industriais ativas e, muitas vezes, protecionistas. Alice Amsden (2001) evidencia que o *catching up* tecnológico dos países asiáticos decorreu de forte planejamento estatal e intervenção pública, não de ajustes graduais compatíveis com vantagens comparativas estáticas.

Outra crítica relevante é que a NES busca conciliar o estruturalismo com a teoria neoclássica, abandonando elementos centrais da crítica estruturalista original, como a análise das relações centro-periferia e dos mecanismos de dependência estrutural. Isso resulta em um corpo teórico considerado “despolitizado”, que subestima assimetrias de poder no comércio internacional, na estrutura produtiva e no sistema financeiro global. François Chesnais (1996; 2005) observa que, no contexto contemporâneo de financeirização, o desenvolvimento não pode ser reduzido a ajustes de mercado, pois está inserido em relações de poder estruturais que exigem rupturas ao invés de acomodações e conciliações.

A NES praticamente ignora a centralidade da financeirização no capitalismo contemporâneo. As estratégias de desenvolvimento propostas assumem um ambiente de relativa estabilidade macroeconômica e financeira, negligenciando o papel dos fluxos de capitais especulativos, da dominância financeira e dos constrangimentos impostos pelos mercados globais. Essa lacuna compromete a aplicabilidade da NES em contextos periféricos financeiramente vulneráveis, onde a volatilidade dos fluxos de capital e a subordinação às finanças globalizadas impõem severas restrições às políticas de desenvolvimento.

Quadro 1 - Síntese de contribuições clássicas e contemporâneas do pensamento
estruturalista e desenvolvimentista latino-americano

Dimensão de Análise	Estruturalismo Clássico	Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento
Contexto histórico de formação	Surge no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente entre as décadas de 1940 e 1960, com forte influência da experiência latino-americana e das políticas de industrialização por substituição de importações.	Desenvolve-se a partir dos anos 2000, como uma atualização crítica do estruturalismo clássico, buscando responder aos desafios da globalização, da desindustrialização precoce e das restrições externas no século XXI.
Principais centros intelectuais	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).	Centros acadêmicos latino-americanos, economistas desenvolvimentistas e estruturalistas contemporâneos (ex.: Bresser-Pereira e colaboradores).
Problema central	Atraso estrutural e subdesenvolvimento derivados da inserção periférica na divisão internacional do trabalho e da deterioração dos termos de troca.	Estagnação ou baixo crescimento associados a desequilíbrios macroeconômicos estruturais (câmbio, conta corrente, armadilha da desindustrialização) e à incapacidade de sustentar trajetórias de crescimento de longo prazo.
Diagnóstico do subdesenvolvimento	Subdesenvolvimento como fenômeno estrutural e histórico, decorrente da especialização primário-exportadora e da dependência tecnológica.	Subdesenvolvimento como armadilha macroeconômica persistente, com sobreapreciação cambial crônica, déficits externos e reprimarização da pauta produtiva.
Papel do Estado	Estado como indutor da industrialização, planejador e articulador de políticas de substituição de importações.	Estado como coordenador de políticas macroeconômicas e industriais, com foco em políticas cambiais, fiscais e industriais para sustentar o crescimento e a diversificação produtiva.
Instrumentos de política econômica	Protecionismo tarifário, controle de importações, políticas industriais e de investimento público.	Regime de câmbio competitivo, superávit em conta corrente, política industrial moderna, coordenação fiscal e monetária anticíclica.
Estrutura produtiva	Ênfase na transformação estrutural da economia através da industrialização pesada e substituição de importações.	Ênfase na complexificação produtiva e na recuperação da competitividade industrial, considerando restrições externas e financeiras globais.
Visão sobre o comércio internacional	Crítica à especialização periférica e defesa de estratégias autônomas de desenvolvimento nacional.	Reconhecimento da importância da inserção internacional, porém com estratégia ativa de política cambial e industrial para evitar desindustrialização e vulnerabilidade externa.
Tratamento da restrição externa	Reconhecida como central, mas tratada principalmente via substituição de importações.	Enfatizada como variável macroeconômica-chave (regra do balanço de pagamentos), com necessidade de câmbio competitivo e superávit externo para financiar o crescimento.
Limitações reconhecidas	Dificuldades de sustentabilidade fiscal e de eficiência produtiva, inflação estrutural, dependência tecnológica externa.	Dificuldades de implementação política, necessidade de coordenação institucional complexa e risco de simplificação do papel do Estado.
Enfoque teórico	Estruturalista histórico, fortemente institucionalista e crítico à teoria neoclássica.	Síntese estruturalista-macroeconômica, com forte preocupação com consistência macroeconômica e dinâmica de longo prazo.

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos autores mencionados.

1.3 O Novo DESENVOLVIMENTISMO

O Novo Desenvolvimentismo, proposto principalmente por Luiz Carlos Bresser-Pereira, apresentou-se como uma tentativa de construir uma estratégia de desenvolvimento alternativa ao neoliberalismo ortodoxo, sem recorrer aos elementos centrais do desenvolvimentismo clássico dos anos 1950-1970. Bresser-Pereira (2012; 2019) enfatiza a importância de variáveis macroeconômicas (taxa de câmbio competitiva, taxa de juros moderada e equilíbrio fiscal) como condições fundamentais para o crescimento econômico sustentado.

O conceito de “doença holandesa” ocupa posição central na formulação do Novo Desenvolvimentismo, referindo-se à tendência de apreciação cambial resultante da abundância de recursos naturais, que prejudicaria a competitividade industrial. A solução proposta envolve políticas macroeconômicas que neutralizem essa tendência, mantendo o câmbio em patamar competitivo para a indústria.

O Novo Desenvolvimentismo tem sido alvo de críticas consistentes, principalmente por sua ênfase excessiva na macroeconomia em detrimento da política industrial ativa. Ao concentrar-se em variáveis como câmbio, juros e equilíbrio fiscal, a abordagem subestima a necessidade de políticas setoriais, coordenação de investimentos estratégicos e transformação deliberada da estrutura produtiva. Como observa Ignácio Rangel (2005 [1981]), a superação do subdesenvolvimento implica alterar as bases estruturais de financiamento e investimento, o que exige ruptura com políticas de ajuste permanente, não apenas correções macroeconômicas. A proposta de Rangel é a de criar um aparelho/sistema de intermediação financeira nacional capaz de financiar o desenvolvimento¹.

¹ A análise de Ignácio Rangel sobre o sistema de intermediação financeira está ligada à sua interpretação estruturalista do desenvolvimento brasileiro, marcada por dualidade econômica e ciclos longos. Para o autor, o sistema financeiro reflete essa estrutura dual: nos setores modernos, predomina a intermediação bancária institucionalizada; nos setores atrasados, formas informais e mercantis de crédito. Diante da escassez de poupança formal, a inflação atua como mecanismo central de financiamento do investimento, permitindo a antecipação de receitas futuras. Assim, o investimento cria poupança, invertendo a lógica ortodoxa. O Estado ocupa papel estratégico nesse sistema, coordenando investimentos de longo prazo por meio de bancos

Outra crítica fundamental reside na ausência de uma análise estrutural ao neoliberalismo. Ao propor políticas “compatíveis com o mercado”, o Novo Desenvolvimentismo termina por reforçar certos consensos neoliberais, especialmente na esfera fiscal e comercial, limitando o alcance transformador de suas recomendações. Luiz Fernando de Paula e outros autores heterodoxos argumentam que políticas de desenvolvimento requerem enfrentar restrições macroeconômicas estruturais impostas pela ortodoxia neoliberal, não apenas ajustá-las marginalmente.

Segundo Bresser-Pereira e Paulo Gala (2010), a Doença Holandesa é caracterizada pela sobreapreciação crônica e permanente da taxa de câmbio real, causada pelas rendas ricardianas extraordinárias geradas pela exploração de recursos naturais abundantes (*commodities*). Essa sobreapreciação faz com que a taxa de câmbio de equilíbrio que zera a conta corrente do país fique mais apreciada do que a taxa de câmbio necessária para o equilíbrio e competitividade da indústria de bens comercializáveis. O principal problema dessa falha é que ela impede ou inviabiliza a diversificação econômica e a sofisticação da pauta exportadora, pois torna os setores industriais, mesmo os eficientes, não competitivos no mercado internacional. Em essência, o país é levado a se especializar prematuramente em *commodities* e a desindustrializar-se, estagnando em uma armadilha de renda média.

Para neutralizar essa falha de mercado e viabilizar o desenvolvimento estrutural, a solução proposta pelo Novo Desenvolvimentismo é a imposição de um imposto sobre as exportações da *commodity* que gera o lucro extraordinário. Esse imposto deve ser calibrado para ser equivalente à diferença entre as duas taxas de câmbio (a corrente e a industrial), elevando, assim, a taxa de câmbio efetiva da economia para o nível industrial. Os recursos arrecadados com o imposto, idealmente, devem ser esterilizados (por exemplo, em um fundo soberano) para evitar que sejam gastos e gerem pressão inflacionária ou nova apreciação cambial.

públicos, emissão de títulos e política monetária. Em fases de expansão, o financiamento estatal e inflacionário predomina; nas crises, busca-se maior participação privada e externa. O sistema de intermediação, portanto, expressa formas históricas e políticas de acumulação, com forte presença estatal e mecanismos não convencionais.

Quadro 2 – Velho e Novo Desenvolvimentismo

Velho Desenvolvimentismo	Novo Desenvolvimentismo
1. Industrialização orientada pelo Estado e baseada na substituição de importações.	1. Industrialização orientada para as exportações, combinada com consumo de massas no mercado interno.
2. Papel central do Estado em obter poupança forçada e realizar investimentos.	2. Cabe ao Estado criar oportunidades de investimento e reduzir a desigualdade econômica.
3. A política industrial é central.	3. Política industrial é subsidiária, mas estratégica.
4. Ambiguidade em relação aos déficits públicos e em conta corrente.	4. Rejeição aos dois déficits. Se o país tiver doença holandesa, deverá apresentar superávit fiscal e na conta corrente.
5. Relativa complacência em relação à inflação ¹ .	5. Nenhuma complacência em relação à inflação.

Fonte: Bresser-Pereira e Gala (2010).

1.4 A ECONOMIA DO PROJETAMENTO

A Economia do Projeto, proposta por Ignácio Rangel (1981; 2005), representa uma teoria do desenvolvimento endógena e historicamente determinada que se destaca por atribuir ao Estado um papel estratégico na transformação estrutural de economias periféricas, superando a mera correção de falhas de mercado. A formulação exige planejamento econômico de longo prazo, coordenação estatal e a indução de investimentos anticíclicos, configurando o Projeto como um estágio superior da planificação econômica, cujo objetivo é alterar a estrutura produtiva e mitigar desequilíbrios estruturais que, por conseguinte, atuam na mitigação das desigualdades territoriais ao proporcionar, por meio da dialética da capacidade ociosa, investimentos em regiões e localidades subinvestidas e desiguais. Logo, o “[...] desenvolvimento não é um processo linear, mas sim um movimento contraditório, que avança através da superação de antagonismos e da resolução de conflitos entre o velho e o novo, entre o arcaico e o moderno” (Rangel, 2005, p. 156). E o “[...] preço da unidade é o fortalecimento do poder central, para torná-lo capaz de planificar certos fluxos econômicos, de modo a possibilitar a coexistência das regiões

marginalizadas com as vanguardistas, e a gradual liquidação do atraso daquelas (Rangel, 2005, p. 452).

A base epistemológica do Projeto de Rangel é fundamentalmente historicista e concreta, rejeitando o conceito de uma economia “pura” ou a importação acrítica de modelos teóricos. A economia tem que estabelecer-se sobre os processos históricos e espaciais e só assim é capaz de atender as demandas consistentes do desenvolvimento e superar as desigualdades. Para Rangel, a ciência econômica varia com o modo de produção, que muda ininterruptamente, obrigando a análise a se debruçar sobre o comportamento da sociedade concreta em sua vida econômica (Rangel, 1957). A originalidade dessa abordagem reside no seu ecletismo teórico desinibido. A economia do projeto de Rangel era entendida como a que o processo histórico desenhava no século XX a partir de uma ambiciosa síntese que congregava elementos do capital financeiro, do keynesianismo e da planificação soviética (Monteiro de Castro, 2025).

De acordo com Rangel (2005), a Economia não pode ser entendida isoladamente, ou seja, “pura”, pois ela está profundamente ligada e é inseparável da História. Ele argumenta que, se a Economia for separada do contexto histórico, ela se torna apenas um exercício de lógica e teoria que poderia se aplicar a qualquer outra ciência (como a física ou a química), perdendo seu significado específico. Enfatiza que a própria ciência econômica está em constante mudança porque é moldada pelo modo de produção da sociedade, que também evolui ininterruptamente. Isso implica que a compreensão e a consciência humanas sobre a economia são influenciadas pela realidade social e ambiental (“telúrica”) em que se desenvolvem. Adverte contra a aceitação passiva de modelos teóricos prontos (sejam eles marxistas, de outras escolas ou apenas modismos acadêmicos importados). A prioridade deve ser sempre a análise de como a sociedade concreta e específica se comporta em sua vida econômica.

Rangel centra força na importância do planejamento no desenvolvimento econômico. Ele afirma que “[...] o homem, nos dois casos, intervindo conscientemente na história, procura obter pelo planejamento o que antes se fazia por si, pois a sociedade que não

garantir essas condições entra em crise e perece” (Rangel, 2005, p. 454). A intervenção consciente e planejada é essencial para evitar crises e assegurar o progresso das sociedades.

Hoje em dia, o planejamento é uma exigência universal, e cada nação o emprega para a perseguição dos seus próprios fins. E, adjetivamente, porque o planejamento não se pode fazer em quaisquer condições, mas apenas em sociedades estáveis, conscientes de sua unidade, a nação ganha novo significado, precisamente porque, entra em construções sociopolíticas contemporâneas, é a que melhor atende a essas exigências (Rangel, 2005, p. 454).

Não significa que o Estado tenha o papel exclusivamente de criar atratividade e competitividade territorial para receber mais investimentos privados estrangeiros. Desenvolvimento é uma fórmula muito mais complexa e requer planejamento de longo prazo e que seja capaz de dinamizar os setores internos da economia e não só o de se transformar em paraíso de investimentos estrangeiros. Isso implica suprir o território com infraestruturas econômicas e sociais capazes de atender às demandas nacionais. Como assinala Rangel (2005, p. 112): “A infraestrutura constitui o sistema circulatório da economia nacional, devendo manter sob controle estatal seus pontos nevrálgicos”, especialmente os de utilidade pública, já que o “[...] serviço público não é mero custo social, mas investimento produtivo indutor do desenvolvimento” (Rangel, 1963, p. 47).

O planejamento não deve ser concebido como um instrumento meramente técnico, mas como um imperativo histórico, intrinsecamente vinculado à superação das contradições estruturais que caracterizam as economias subdesenvolvidas, marcadas pela coexistência conflitiva entre setores modernos e arcaicos. O planejamento estratégico, articulado à programação econômica, constitui a única via capaz de ativar os potenciais produtivos latentes da nação e de organizar institucionalmente sua mobilização em prol do desenvolvimento. A programação econômica configura-se como um mecanismo racional de identificação, coordenação e ativação de capacidades produtivas subutilizadas, por meio de instrumentos técnicos, institucionais e jurídicos adequados. Seu objetivo central é reconhecer as fontes do potencial econômico adormecido, realizar um diagnóstico

abrangente dessas forças e estruturar um marco institucional capaz de induzir, de forma coordenada, o processo de crescimento e transformação estrutural.

A ausência dessa programação e a predominância de uma lógica fragmentada e setorializada de gestão pública convertem o planejamento em mera formalidade burocrática, desvinculada de qualquer projeto nacional de desenvolvimento. A carência de planejamento estratégico, especialmente quando associada à sua seletividade, reforça os mecanismos de reprodução das desigualdades territoriais. Essa seletividade não é neutra, ela expressa uma racionalidade política e ideológica que privilegia determinados territórios, setores e segmentos sociais, enquanto invisibiliza outros. Ao abandonar a perspectiva do projetamento (a ação integrada do Estado sobre as unidades específicas do território) e da programação (a ação sistêmica sobre a totalidade nacional), perde-se a possibilidade de se superar os desafios do desenvolvimento territorial, da coesão social e da integração econômica.

A perspectiva de Rangel se alinha com as experiências de industrialização intensiva, nas quais a coordenação estatal é estruturante. O Estado transcende a função de gestor macroeconômico (Novo Desenvolvimentismo) e assume a posição de “empreendedor em chefe” (Henderson, 1943). A política industrial é central e coordenada, e a transformação estrutural se dá por rupturas coordenadas, em contraste com o incrementalismo adaptativo sugerido por abordagens conciliatórias (Jabbour; de Paula, 2018). Embora o conceito de Projetamento tenha sido considerado, em um momento, historicamente superado ou em retrocesso agudo, a sua categoria recuperou vivacidade e dinamismo no estudo dos problemas contemporâneos. Elias Jabbour e colaboradores enfrentaram a tarefa de analisar a experiência chinesa, testando e reatualizando o conceito como Nova Economia do Projetamento (Monteiro de Castro, 2025).

A Nova Economia do Projetamento é apresentada como a atual etapa do socialismo chinês e a base para a transformação acelerada da formação econômico e social chinesa. A China, ao adotar um modelo de “socialismo de mercado”, reflete as características da Nova Economia do Projetamento, permitindo uma integração mais eficaz entre o planejamento

estatal e os mecanismos de mercado. As características principais da Nova Economia do Projeto são a planificação econômica, a racionalização da produção e uma grande diversidade teórica em seu arcabouço técnico-científico (Cirillo, 2025). Sob uma perspectiva materialista, a análise da Nova Economia do Projeto no caso chinês se concentra no período posterior às reformas de Deng Xiaoping (iniciadas em 1978), buscando compreender as bases materiais que determinaram o desenvolvimento desse novo conceito e seu papel histórico. As reformas de 1978, que incluíram a criação de zonas econômicas especiais e a dinamização de mercados internos, foram coordenadas pelo aparato estatal do Partido Comunista Chinês (PCC), condicionando a economia de mercado à planificação econômica (Cirillo, 2025).

A Nova Economia do Projeto emerge como uma resposta robusta às limitações das teorias econômicas tradicionais (neoliberalismo, Novo Desenvolvimentismo) e foi capaz de soluções para crises contemporâneas, como a financeira de 2008 e a causada pela pandemia de Covid-19. O modelo chinês demonstra que o desenvolvimento é explicado por um ciclo ativo de projeto conduzido pelo Estado, com alta capacidade de coordenação territorial, tecnológica e financeira, fugindo do incrementalismo e das vantagens comparativas estáticas. No plano internacional, o Projeto chinês assume um papel central na emergente ordem multipolar, constituída a partir do declínio relativo da hegemonia estadunidense (Campos, 2025).

A Nova Economia do Projeto se liga à afirmação de projetos nacionais e soberania por países do Sul Global. Conforme essa linha de análise, a formação da hegemonia se inicia no campo econômico e é primeiramente exercida no plano nacional, para só depois se estender às esferas política e militar (Campos, 2025). A integração da China na ordem internacional e o seu consequente desenvolvimento nacional, impulsionado pela Nova Economia do Projeto, dita a formação de uma outra ordem, paralela à dominante, o que exige uma análise aprofundada baseada em pilares econômicos e militares (Campos, 2025). A Nova Economia do Projeto não é apenas um arcabouço teórico

para o desenvolvimento nacional chinês, mas um fator crucial que molda a nova era multipolar.

1.5 A FORMULAÇÃO TEÓRICA DA ECONOMIA DO PROJETAMENTO EM IGNÁCIO RANGEL

A Economia do Projeto, formulada por Ignácio Rangel (1957), configura-se como uma teoria do desenvolvimento com alicerce endógeno e historicidade intrínseca. Distingue-se por postular o Estado não como mero agente corretor de falhas de mercado, mas como agente estratégico e indutor da transformação estrutural em economias de conformação periférica.

O constructo teórico exige um rigoroso planejamento econômico de longo prazo, coordenado pela instância estatal, e a mobilização de investimentos anticíclicos. O Projeto transcende a noção convencional de planificação econômica, elevando-se a um estágio superior cuja teleologia reside na reconfiguração da estrutura produtiva e na mitigação de desequilíbrios estruturais. Tais desequilíbrios, inerentes ao subdesenvolvimento, manifestam-se notavelmente nas disparidades territoriais. A teoria propõe que, por meio da ativação da dialética da capacidade ociosa, seja possível direcionar investimentos para regiões e localidades historicamente subinvestidas e marcadas pela desigualdade.

Conforme a cosmovisão rangeliana, o desenvolvimento não adere a uma trajetória linear; é, antes, um “movimento contraditório, que avança através da superação de antagonismos e da resolução de conflitos entre o velho e o novo, entre o arcaico e o moderno” (Rangel, 2005, p. 156). A consecução da unidade nacional, neste processo, impõe um custo: “O fortalecimento do poder central, para torná-lo capaz de planificar certos fluxos econômicos, de modo a possibilitar a coexistência das regiões marginalizadas com as vanguardistas, e a gradual liquidação do atraso daquelas” (Rangel, 2005, p. 452).

A base epistemológica do Projeto é visceralmente histórica e concreta, opondo-se à concepção de uma economia “pura” ou à importação acrítica de modelos

teóricos exógenos. Para Rangel, a inteligibilidade da economia deve estar ancorada nos processos históricos e espaciais singulares, condição *sine qua non* para que a ciência econômica seja capaz de responder às demandas consistentes do desenvolvimento e superar as desigualdades estruturais.

O autor argumenta que a própria ciência econômica é variável, estando intrinsecamente vinculada ao modo de produção vigente, o qual se encontra em um processo de ininterrupta mutação. Essa premissa obriga a análise econômica a se debruçar sobre o “comportamento da sociedade concreta em sua vida econômica” (Rangel, 1957). A originalidade dessa abordagem reside, em parte, no seu ecletismo teórico desinibido. A Economia do Projeto foi concebida como o desenho histórico emergente no século XX, resultado de uma ambiciosa síntese que amalgamava elementos do capital financeiro, do Keynesianismo e da planificação soviética (Monteiro de Castro, 2025).

A inseparabilidade entre Economia e História é um postulado central. Rangel (2005) adverte que, se dissociada do seu contexto histórico, a Economia degenera em um mero exercício de lógica e teoria abstrata, perdendo seu significado específico. A compreensão e a consciência humanas sobre os fenômenos econômicos são, portanto, modeladas pela realidade social e ambiental (“telúrica”) em que se desenvolvem.

1.5.1 O PLANEJAMENTO COMO IMPERATIVO HISTÓRICO E MECANISMO DE INDUÇÃO ESTATAL

Rangel confere ao planejamento um papel central no processo de desenvolvimento econômico. A intervenção consciente e planejada é elevada à categoria de imperativo histórico para a sobrevivência e o progresso das sociedades, uma vez que: “O homem, nos dois casos, intervindo conscientemente na história, procura obter pelo planejamento o que antes se fazia por si, pois a sociedade que não garantir essas condições entra em crise e perece” (Rangel, 2005, p. 454). O planejamento é uma exigência universal, mas só se materializa em sociedades estáveis e conscientes de sua unidade, o que confere à nação um

significado renovado no contexto das construções sociopolíticas contemporâneas (Rangel, 2005).

Este planejamento não pode ser reduzido à função de criar meras condições de atratividade e competitividade territorial para a recepção de investimento privado estrangeiro. O desenvolvimento é uma fórmula complexa que demanda um planejamento de longo prazo, capaz de dinamizar os setores internos da economia. Isso implica o suprimento do território com infraestruturas econômicas e sociais essenciais. O autor ressalta: "A infraestrutura constitui o sistema circulatório da economia nacional, devendo manter sob controle estatal seus pontos nevrálgicos" (Rangel, 2005, p. 112), especialmente os de utilidade pública, visto que o "serviço público não é mero custo social, mas investimento produtivo indutor do desenvolvimento" (Rangel, 1963, p. 47).

O planejamento, portanto, deve ser concebido como um imperativo histórico, e não um instrumento meramente técnico, intrinsecamente voltado à superação das contradições estruturais (a coexistência conflitiva entre o arcaico e o moderno). O planejamento estratégico, articulado à programação econômica, constitui a via para ativar os potenciais produtivos latentes da nação e institucionalizar sua mobilização. A programação econômica é o mecanismo racional de identificação, coordenação e ativação de capacidades produtivas subutilizadas, mediante instrumentos técnicos, institucionais e jurídicos.

A ausência dessa programação, ou sua substituição por uma lógica fragmentada e setorializada de gestão pública, transforma o planejamento em mera formalidade burocrática, desvinculada de um projeto nacional de desenvolvimento. A seletividade no planejamento, por sua vez, reforça a reprodução das desigualdades territoriais, expressando uma racionalidade política e ideológica que privilegia determinados segmentos em detrimento de outros. O abandono do projetamento (visão integrada do Estado sobre o território) e da programação (ação sistêmica sobre a totalidade nacional) impede a superação dos desafios da coesão social e da integração econômica.

1.5.2 A REATUALIZAÇÃO DO CONCEITO: A NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO (NEP) E O CASO CHINÊS

A perspectiva de Rangel, que postula um Estado como “empreendedor em chefe” (Henderson, 1943) e transcende a função de gestor macroeconômico (diferenciando-se do Novo Desenvolvimentismo), alinha-se a experiências de industrialização intensiva com forte coordenação estatal. Neste modelo, a política industrial é central, e a transformação estrutural se dá por rupturas coordenadas, em contraste com o incrementalismo adaptativo de abordagens conciliatórias (Jabbour; de Paula, 2018).

Embora o conceito tenha sido, em dado momento, relegado a um aparente retrocesso histórico, sua categoria analítica tem sido reatualizada para o estudo de problemas contemporâneos. A análise da experiência chinesa, conduzida por autores como Elias Jabbour e colaboradores, culminou na formulação da Nova Economia do Projeto (NEP) (Monteiro de Castro, 2025). A Nova Economia do Projeto é apresentada como a etapa contemporânea do socialismo chinês e o substrato para a transformação acelerada da formação econômico-social do país. O modelo de “socialismo de mercado” chinês reflete as características da NEP, permitindo uma integração eficaz entre a planificação estatal e os mecanismos de mercado. As características centrais da NEP incluem a planificação econômica, a racionalização da produção e uma vasta diversidade teórica em seu arcabouço técnico-científico (Cirillo, 2025).

Sob uma perspectiva materialista, a análise da NEP no contexto chinês concentra-se no período subsequente às reformas de Deng Xiaoping (iniciadas em 1978), buscando as bases materiais que determinaram o desenvolvimento do conceito e seu papel histórico. Tais reformas, que incluíram a criação de zonas econômicas especiais e a dinamização de mercados internos, foram coordenadas pelo aparato estatal do Partido Comunista Chinês (PCC), condicionando a economia de mercado à planificação econômica (Cirillo, 2025).

A NEP emerge como uma resposta às limitações das teorias econômicas tradicionais (neoliberalismo, Novo Desenvolvimentismo), oferecendo soluções a crises contemporâneas

como a financeira de 2008 e a da pandemia de Covid-19. O modelo chinês demonstra que o desenvolvimento é resultado de um ciclo ativo de projeto conduzido pelo Estado, com elevada capacidade de coordenação territorial, tecnológica e financeira, distanciando-se do incrementalismo e das vantagens comparativas estáticas. No plano internacional, o Projeto chinês assume um papel proeminente na emergente ordem multipolar, constituída a partir do declínio relativo da hegemonia estadunidense (Campos, 2025).

A Nova Economia do Projeto está umbilicalmente ligada à afirmação de projetos nacionais e à soberania dos países do Sul Global. Argumenta-se que a formação da hegemonia se inicia no campo econômico, exercida primeiramente no plano nacional, para então se expandir para as esferas política e militar (Campos, 2025). A inserção da China e seu desenvolvimento, impulsionados pela NEP, sinalizam a conformação de uma ordem paralela à dominante, o que exige uma análise aprofundada baseada em pilares econômicos e militares. Desta forma, a NEP não é apenas um arcabouço teórico para o desenvolvimento nacional chinês, mas um fator crucial que modela a nova era multipolar.

A rápida ascensão econômica e social da China tem forte relação com o desenvolvimento das suas infraestruturas de transporte. Investimentos em ferrovias de cargas, de alta velocidade e metros, autoestradas, setor aéreo e portos inteligentes impulsionam o crescimento econômico e a reconfiguração territorial, integrando partido, Estado e capital. O TAV, por exemplo, transforma a economia interna, enquanto a Iniciativa Cinturão e Rota projeta a expertise chinesa globalmente. A sinergia ferroviária-portuária e o progresso tecnológico, impulsionados pelo Estado Empreendedor, solidificam a China como *hub* logístico global. A infraestrutura de transporte mitiga disparidades regionais, fortalecendo a coesão interna e a projeção externa. O planejamento estatal chinês, combinando princípios marxistas e keynesianos, usa a infraestrutura para promover crescimento, inovação e um socialismo focado na prosperidade comum, oferecendo uma alternativa aos modelos capitalistas hegemônicos.

1.5.3 SÍNTESE COMPARATIVA DAS ABORDAGENS

O quadro a seguir sintetiza as principais diferenças entre as abordagens teóricas analisadas.

Quadro 3 – Dimensão dos modelos de desenvolvimento econômico

Dimensão	Estruturalismo Clássico	Nova Economia Estruturalista	Novo Desenvolvimentismo	Economia do Projeto
Papel do Estado	Condutor do desenvolvimento	Facilitador de mercado	Gestor macroeconômico	Empreendedor em chefe
Vantagens Comparativas	Transformação ativa	Seguimento gradual	Neutralização via câmbio	Transformação deliberada
Política Industrial	Central e ativa	Complementar e seletiva	Secundária à macroeconomia	Central e coordenada
Planejamento	Indicativo e setorial	Redução de falhas	Ausente	Estratégico de longo prazo
Transformação Estrutural	Rupturas deliberadas	Incrementalismo	Ajustes macroeconômicos	Rupturas coordenadas
Financeirização	Não abordada	Ignorada	Parcialmente considerada	Regulação necessária
Relações Centro-Periferia	Central na análise	Despolitizada	Subestimada	Assimetrias de poder

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos autores mencionados.

Essa síntese evidencia que as abordagens conciliatórias (NES e Novo Desenvolvimentismo) operam dentro dos limites impostos pela ordem econômica global neoliberal, privilegiando políticas adaptativas e incrementalistas em detrimento de estratégias transformadoras. Entende-se, de certa forma, o motivo, há uma preocupação por parte dos autores, de confrontos geoeconômicos e geopolíticos sérios e de evitar o confronto com o mercado (capital financeiro). Parece uma tentativa de achar brechas para gerar um desenvolvimento tímido e desapercibido. Enquanto isso, a China avança no seu processo

contra-hegemônico. Já o estruturalismo clássico e a economia do projeto enfatizam a necessidade de rupturas estruturais, coordenação estatal de investimentos e políticas industriais ativas como elementos constitutivos de trajetórias bem-sucedidas de desenvolvimento.

2 AS TRÊS FRENTES DE EXPANSÃO NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DE BIELSCHOWSKY

A obra de Ricardo Bielschowsky (2013) suscita um debate relevante na literatura econômica, sendo sua classificação teórica oscilante entre o estruturalismo e o novo desenvolvimentismo. Essa dualidade reflete a complexidade de sua análise, que, embora se alinhe à tradição desenvolvimentista ao focar na transformação estrutural e no investimento, incorpora preocupações contemporâneas, notadamente a doença holandesa, a força econômica, política e desestabilizadora do capital financeiro. Bielschowsky (2013) propõe a ativação dos potenciais latentes da economia nacional, articulados em torno das “três frentes de expansão” e seus respectivos “propulsores”. Essa abordagem, que visa a superação do “equilíbrio de baixo crescimento”, é vista como uma estratégia viável para o avanço econômico.

Entretanto, a experiência da China oferece um contraponto que desafia a suficiência de uma estratégia baseada apenas em potenciais latentes. O caminho chinês demonstra uma ruptura com o incrementalismo, ao impulsionar setores de alta tecnologia e de vanguarda que estavam distantes de suas possibilidades imediatas. Essa estratégia de salto tecnológico encontra ressonância na teoria da Destruição Criadora de Joseph Schumpeter (1942), onde a inovação radical é o motor primário do desenvolvimento econômico, criando mercados e estruturas produtivas. A difusão dessa tecnologia avançada para setores como infraestrutura, construção civil pesada, telecomunicações, indústria automobilística, robótica e indústria ferroviária ilustra um modelo de desenvolvimento impulsionado pelo Estado e orientado para a inovação técnica e organizacional. Inovações que se estendem a organização política e social. Este fenômeno tem sido conceituado como a “Nova Economia do Projeto” (NEP).

A Nova Economia do Projetoamento se distingue por um planejamento de longo prazo que não apenas corrige falhas de mercado, mas atua ativamente na criação de mercados e na direção de investimentos em áreas estratégicas, um conceito que, em termos, se alinha a visão de “Estado Empreendedor” (Mazzucato, 2013). Enquanto a proposta de Bielschowsky foca na otimização de recursos existentes, o modelo chinês, sob a “Nova Economia do Projetoamento”, prioriza a inovação dirigida e a transformação estrutural profunda, redefinindo as fronteiras tecnológicas e produtivas do país.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL

A proposta de Ricardo Bielschowsky (2013) sobre as três frentes de expansão no Brasil insere-se em um contexto histórico marcado por transformações profundas na trajetória desenvolvimentista brasileira. Durante a era desenvolvimentista (1930-1980), o Brasil experimentou um processo acelerado de industrialização conduzido pelo Estado, sustentado por uma “convenção do crescimento” que articulava elites políticas, empresariais e técnicas em torno de um projeto nacional de desenvolvimento. Esse período caracterizou-se pela centralidade do investimento estatal em infraestrutura e indústrias de base, pela proteção do mercado interno e pela coordenação de investimentos privados em setores estratégicos. A taxa de investimento nesse período alcançou patamares elevados, superando 25% do PIB em meados da década de 1970, o que sustentou o crescimento acelerado da economia (Bielschowsky; Squeff; Vasconcelos, 2015).

A partir de 1980, a aceleração inflacionária, a crise da dívida externa e o consequente enfraquecimento fiscal do Estado desenvolvimentista inibiram a reflexão sobre desenvolvimento econômico, abrindo espaço para a ascensão do liberalismo econômico. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por estagnação econômica, desindustrialização relativa e fragilização de encadeamentos produtivos, resultantes do binômio juros elevados e câmbio apreciado, que prejudicaram a competitividade, os investimentos e a diversificação produtiva da economia (Bielschowsky, 2013). A taxa de investimento entrou em trajetória

declinante, situando-se em patamares inferiores a 20% do PIB durante a maior parte do período (Bielschowsky; Squeff; Vasconcelos, 2015).

Somente nos anos 2000, com a estabilização macroeconômica, a melhoria das contas externas e a retomada do crescimento, o debate desenvolvimentista ressurgiu. Nesse contexto, Bielschowsky propõe um desenho conceitual para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento fundamentada na existência de três poderosas frentes de expansão que, se adequadamente traduzidas em investimentos produtivos, poderiam proporcionar crescimento vigoroso e sustentado nas próximas décadas. A taxa de investimento, que havia atingido um piso de 15% do PIB em 2003, iniciou uma trajetória de recuperação, superando 19% em 2010, embora com uma queda em 2009 devido à crise financeira internacional (Bielschowsky; Squeff; Vasconcelos, 2015).

O autor adota um enfoque teórico que combina elementos keynesianos, kaldorianos² e estruturalistas. Do keynesianismo, toma o investimento como resultado de estímulos de demanda efetiva, enfatizando o papel da demanda agregada no crescimento econômico. Da tradição kaldoriana, considera o progresso técnico e o *learning by doing*³ como processos que acompanham o investimento, alimentando rendimentos crescentes de escala. Do estruturalismo, centra a análise no investimento e nas transformações estruturais,

² O enfoque kaldoriano designa a abordagem teórica derivada das contribuições de Nicholas Kaldor (1908-1986), um dos principais economistas pós-keynesianos. Sua perspectiva distingue-se por enfatizar o papel central da demanda efetiva, da industrialização e dos retornos crescentes de escala como motores do crescimento econômico de longo prazo. Trata-se de uma visão estruturalista e dinâmica, que se opõe tanto às concepções neoclássicas de equilíbrio estático quanto às leituras monetaristas do crescimento.

³ *Learning by doing* é um conceito central na economia do desenvolvimento e na teoria da inovação que descreve o processo de aprendizagem produtiva decorrente da prática e da experiência. Em vez de ocorrer apenas por meio de educação formal ou pesquisa científica, o aprendizado se dá durante o próprio ato de produzir, ou seja, quanto mais uma empresa, setor ou economia realiza determinada atividade, mais eficiente se torna. Autores estruturalistas e evolucionistas, como Nicholas Kaldor, Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, Ha-Joon Chang, Alice Amsden e Giovanni Dosi, incorporaram o *learning by doing* em suas análises sobre industrialização e *catching-up* tecnológico. Para esses autores, o processo de desenvolvimento depende de políticas industriais e tecnológicas ativas que permitam o acúmulo de capacidades produtivas, em contraste com a simples abertura comercial defendida por teorias neoclássicas. No contexto latino-americano, Ignácio Rangel e Celso Furtado aproximam-se do conceito ao destacar o papel da formação de um sistema produtivo nacional e da aprendizagem institucional como condição para superar a dependência tecnológica. O aprendizado, nesse sentido, é tanto econômico quanto social, envolvendo a adaptação de técnicas, a formação de quadros técnicos e a criação de instrumentos de planejamento e coordenação estatal.

orientando a discussão ao “estilo” de desenvolvimento desejado e historicamente viável (Pinto, 1976).

2.2 OS TRÊS MOTORES DO DESENVOLVIMENTO

2.2.1 PRIMEIRO MOTOR: CONSUMO DE MASSA

O primeiro motor do desenvolvimento brasileiro reside na existência de um amplo mercado interno de consumo de massa, resultado de décadas de crescimento demográfico, urbanização acelerada e, mais recentemente, de políticas de distribuição de renda e inclusão social. Bielschowsky (2013) argumenta que o Brasil possui uma das maiores populações do mundo, com renda per capita média que, embora ainda distante dos países desenvolvidos, configura um mercado consumidor de dimensões continentais.

A expansão do consumo de massa depende fundamentalmente da distribuição de renda e da ampliação do emprego formal. Políticas de valorização do salário-mínimo, programas de transferência de renda e expansão do crédito contribuíram, nos anos 2000, para a ampliação do mercado interno, estimulando investimentos em setores produtores de bens de consumo duráveis e não duráveis. Esse processo caracteriza um modelo de crescimento *growth-led export*, em que a expansão do mercado interno impulsiona o crescimento, diferentemente do modelo *export-led growth*, centrado nas exportações⁴.

A estrutura produtiva local desempenha papel fundamental nesse motor. A existência de encadeamentos produtivos densos, articulando fornecedores de insumos, bens intermediários e finais, potencializa os efeitos multiplicadores do consumo de massa sobre

⁴ *Export-led growth* (ELG) é o modelo mais difundido. Refere-se ao crescimento liderado pelas exportações, em que a expansão das exportações é a principal força motriz do crescimento do PIB (exportações → aumento da produção → ganhos de produtividade → crescimento econômico). *Growth-led export* (GLE) é o modelo inverso, o crescimento econômico precede e impulsiona a expansão das exportações. O desempenho exportador é consequência, não causa, do crescimento doméstico (crescimento econômico interno → aumento da capacidade produtiva e competitividade → crescimento das exportações).

investimento, emprego e renda. Entrementes, a fragilização de encadeamentos produtivos ocorrida nas décadas de 1980 e 1990, resultante de políticas macroeconômicas adversas e abertura comercial desregulada, reduziu a capacidade de a demanda interna gerar investimentos produtivos locais, com parte significativa do consumo sendo atendida por importações.

Evidências empíricas demonstram que o consumo de massa foi, de fato, um dos principais motores do crescimento brasileiro nos anos 2000. Segundo dados do IBGE, o consumo das famílias cresceu a taxas médias superiores a 4% ao ano entre 2004 e 2010, impulsionado pela expansão do emprego formal, valorização do salário-mínimo e ampliação do crédito (Bielschowsky; Squeff; Vasconcelos, 2015). Esse dinamismo do mercado interno contribuiu para sustentar o crescimento mesmo em contextos de crise internacional, evidenciando a importância estratégica desse motor. Os investimentos nos setores ligados ao consumo de massa cresceram a uma taxa média de 10% ao ano entre 2003 e 2008, refletindo o otimismo dos empresários com a expansão da demanda (Bielschowsky; Squeff; Vasconcelos, 2015).

2.2.2 SEGUNDO MOTOR: RECURSOS NATURAIS

O segundo motor do desenvolvimento brasileiro fundamenta-se na abundância de recursos naturais e na forte demanda nacional e internacional por commodities agrícolas, minerais e energéticas (Bielschowsky, 2013). O Brasil detém vantagens comparativas significativas em diversos setores: agronegócio (soja, milho, carnes, açúcar, café), mineração (minério de ferro, bauxita, nióbio), petróleo e gás (especialmente após a descoberta do pré-sal), e recursos hídricos e florestais.

A demanda internacional por recursos naturais, impulsionada especialmente pelo crescimento chinês e de outros países emergentes, criou oportunidades excepcionais para a expansão das exportações brasileiras. Entre 2000 e 2013, as exportações de commodities cresceram significativamente, tanto em volume quanto em preços, contribuindo para a

melhoria das contas externas, acumulação de reservas cambiais e redução da vulnerabilidade externa. Os investimentos nos setores de recursos naturais também apresentaram forte dinamismo, crescendo a uma taxa média anual de 10% entre 2003 e 2008 (Bielschowsky; Squeff; Vasconcelos, 2015).

Bielschowsky (2013) alerta para o risco de comoditização da economia brasileira (doença holandesa é uma forte preocupação de Bresser-Pereira)⁵, ou seja, a especialização regressiva em setores de baixa complexidade tecnológica e reduzida capacidade de geração de encadeamentos produtivos. Esse risco materializa-se quando a valorização das exportações de recursos naturais resulta em apreciação cambial que prejudica a competitividade industrial, fenômeno conhecido como “doença holandesa”. A escolha estratégica que se coloca ao Brasil é entre aceitar passivamente a comoditização ou aproveitar a oportunidade para fortalecer não só as atividades primárias e os serviços, mas também o setor industrial e os impulsos à inovação, ao progresso técnico e ao crescimento.

A agregação de valor aos recursos naturais constitui elemento fundamental para transformar esse motor em vetor de desenvolvimento estrutural. Isso envolve investimentos em pesquisa e desenvolvimento, inovação tecnológica, processamento industrial de matérias-primas e criação de encadeamentos produtivos densos. O exemplo do pré-sal é emblemático: a exploração de petróleo em águas profundas exige tecnologias avançadas, equipamentos sofisticados e serviços especializados, criando oportunidades para o desenvolvimento de uma indústria nacional de bens de capital e serviços de engenharia. Outro exemplo relevante é a biodiversidade brasileira, que oferece potencial extraordinário para o desenvolvimento de indústrias farmacêuticas, cosméticas, alimentícias e de biotecnologia. A utilização sustentável da biodiversidade, combinada com investimentos em

⁵ Todavia, há em setores do agronegócio uma cadeia produtiva extensa. Isso também ocorre no setor de petróleo e gás e, de certa forma, também no setor de mineração. Beneficiar ainda mais esses produtos é importante (exportar produtos cada vez mais acabados estendendo mais a cadeia produtiva para frente) só que não anula o fato que a cadeia produtiva desses setores já é significativa. Uma política nacional de desenvolvimento requer aumentar o conteúdo nacional em setores-chaves, como petróleo, gás, minerais e especialmente minerais raros, construção naval, indústria bélica, de telecomunicações, informática, inteligência artificial, entre outras, com encadeamentos em diversos setores da economia nacional.

pesquisa e inovação, pode inaugurar ou reforçar encadeamentos produtivos com alta densidade tecnológica, adensando as frentes de expansão e ampliando seus efeitos multiplicadores de renda e emprego.

2.2.3 TERCEIRO MOTOR: INFRAESTRUTURA

O terceiro motor do desenvolvimento brasileiro reside nas perspectivas favoráveis para investimentos em infraestruturas econômica e social. O Brasil apresenta déficits significativos em infraestrutura de transportes (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos), energia (geração, transmissão, distribuição), telecomunicações, saneamento básico, habitação, saúde e educação. Esses déficits representam, simultaneamente, gargalos ao crescimento e oportunidades de investimento. Os investimentos em infraestrutura, excluindo a construção residencial, cresceram a uma expressiva taxa média de 16% ao ano entre 2003 e 2008, indicando o potencial dessa frente de expansão (Bielschowsky; Squeff; Vasconcelos, 2015).

Os investimentos em infraestrutura caracterizam-se por elevados efeitos multiplicadores sobre a economia. Primeiro, pela demanda direta de insumos, equipamentos, mão de obra e serviços necessários à construção e operação de obras de infraestrutura. Segundo, pela redução de custos de produção e transporte, aumentando a competitividade de diversos setores econômicos. Terceiro, pela criação de externalidades positivas que beneficiam amplos segmentos da sociedade, como melhoria da mobilidade urbana, acesso a serviços públicos e integração territorial.

A demanda por infraestrutura é tanto estatal quanto privada. O Estado desempenha papel fundamental ao definir prioridades, coordenar investimentos, prover financiamento de longo prazo e regular setores de utilidade pública. A iniciativa privada, por sua vez, pode participar mediante concessões, parcerias público-privadas e investimentos diretos em setores não monopolizados. A articulação entre Estado e setor privado é crucial para viabilizar investimentos de grande porte e longo prazo de maturação, como asseverava

Ignácio Rangel. Ainda destacamos que a logística, como uma atividade organizacional, é amplamente demandada a inovar devido a expansão das infraestruturas e, por conseguinte, demanda também uma ampla gama de *hardwares* (equipamentos diversos de transportes e armazenamento, por exemplo) e *softwares*.

A experiência chinesa é particularmente instrutiva nesse aspecto. Jabbour (2020; 2023) demonstra que os megaprojetos de infraestrutura na China, como a *Belt and Road Initiative*, não constituem apenas obras de engenharia, mas instrumentos estratégicos de coordenação territorial, integração produtiva e projeção geoeconômica e contra-hegemônicas, a fim de conter avanços da geopolítica imperialista. O Estado chinês mobiliza recursos financeiros, tecnológicos e organizacionais em escala elevadas, articulando infraestrutura com desenvolvimento industrial, inovação tecnológica e inserção internacional.

No Brasil, a retomada dos investimentos em infraestrutura nos anos 2000, mediante programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), evidenciou o potencial desse motor. Entretanto, a descontinuidade de políticas, restrições fiscais, fragilidades regulatórias e instabilidade macroeconômica limitaram o alcance e a sustentabilidade desses investimentos. A superação desses obstáculos requer não apenas recursos financeiros, mas capacidade de planejamento de longo prazo, coordenação institucional e articulação entre diferentes níveis de governo e entre setor público e privado.

2.3 OS DOIS TURBINADORES DO DESENVOLVIMENTO

2.3.1 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A inovação tecnológica constitui o primeiro “turbinaador” das três frentes de expansão, desempenhando papel fundamental ao potencializar poderosamente as engrenagens do investimento. Bielschowsky (2013) argumenta que a inovação permite transformar em núcleos estruturantes da economia nacional várias atividades produtivas ainda inexistentes

ou em fase incipiente, como o pré-sal e a utilização sustentável da biodiversidade. Inaugura ou reforça a existência de encadeamentos produtivos com alta densidade tecnológica, adensando as três frentes de expansão e ampliando seus efeitos multiplicadores de renda e emprego.

A inovação tecnológica não se limita a setores de alta tecnologia, mas permeia todos os setores econômicos, desde a agricultura até os serviços. No agronegócio brasileiro, por exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desempenhou papel fundamental ao desenvolver tecnologias adaptadas às condições tropicais, permitindo a expansão da fronteira agrícola e o aumento da produtividade. Na indústria de petróleo, a Petrobras desenvolveu tecnologias pioneiras de exploração em águas profundas, posicionando o Brasil na fronteira tecnológica mundial nesse setor.

Contudo, Bielschowsky (2013) reconhece que a pesquisa e desenvolvimento (P&D) ainda não está inserida nas estratégias empresariais brasileiras com a intensidade necessária. Os gastos em P&D como proporção do PIB permanecem significativamente inferiores aos de países desenvolvidos e mesmo de alguns países emergentes asiáticos. Ademais, a articulação entre universidades, centros de pesquisa e empresas é ainda incipiente, limitando a transformação de conhecimento científico em inovações produtivas.

A superação dessas limitações requer políticas públicas ativas de fomento à inovação, incluindo financiamento subsidiado, incentivos fiscais, compras governamentais de produtos inovadores, proteção à propriedade intelectual e fortalecimento da infraestrutura de pesquisa. A experiência dos países asiáticos, especialmente Coreia do Sul e China, demonstra que a inovação tecnológica resulta de estratégias deliberadas de longo prazo, envolvendo investimentos maciços em educação, pesquisa e desenvolvimento, e articulação entre Estado, universidades e empresas.

2.3.2 REATIVAÇÃO DE ENCADEAMENTOS PRODUTIVOS

O segundo “turbinador” consiste no fortalecimento de encadeamentos produtivos tradicionais, incluindo a recuperação dos que se fragilizaram por circunstâncias macroeconômicas internas e/ou internacionais adversas e que são potencialmente competitivos. Bielschowsky (2013) observa que, nesse campo, ainda que o processo inovador tenda a ser relevante, poucos setores de atividade produtiva moderna são intocados pelo progresso técnico, as decisões de investimento inclinam-se a depender menos de inovações tecnológicas do que de outros incentivos à rentabilidade.

Os principais incentivos à rentabilidade incluem taxas de câmbio favoráveis que restaurem a competitividade internacional, demanda de governo que estimule setores estratégicos, e políticas industriais direcionadas à recuperação de cadeias produtivas. Diversos encadeamentos produtivos brasileiros perderam competitividade devido ao binômio juros elevados e taxas de câmbio apreciadas, que prejudicaram a competitividade, os investimentos e a diversificação produtiva da economia.

A reativação de encadeamentos produtivos envolve políticas setoriais específicas, incluindo financiamento de longo prazo a taxas subsidiadas, proteção tarifária seletiva, compras governamentais, apoio à exportação e programas de desenvolvimento de fornecedores. O objetivo central é reconstituir a competitividade perdida e fortalecer encadeamentos produtivos potencialmente competitivos, criando condições para que investimentos privados se materializem em expansão da capacidade produtiva, emprego e renda.

A experiência brasileira com políticas de conteúdo local em setores como petróleo e gás, naval, eólico e solar ilustra tanto as potencialidades quanto os desafios da reativação de encadeamentos produtivos. Quando bem desenhadas e implementadas, essas políticas podem estimular investimentos, criar empregos qualificados e desenvolver capacidades tecnológicas locais. Contudo, quando mal calibradas ou descontinuadas, podem resultar em ineficiências, custos elevados e frustração de expectativas empresariais.

2.4 ENFOQUE TEÓRICO E ARTICULAÇÃO DAS FRENTES

O enfoque teórico de Bielschowsky (2013) articula elementos keynesianos, kaldorianos e estruturalistas de forma coerente e original. Do keynesianismo, toma a centralidade da demanda efetiva como determinante do investimento e do crescimento. As três frentes de expansão representam, essencialmente, fontes de demanda efetiva: o consumo de massa gera demanda por bens de consumo; os recursos naturais geram demanda nacional e internacional por commodities e seus derivados; a infraestrutura gera demanda por bens de capital, insumos e serviços.

Da tradição kaldoriana, incorpora a noção de que o progresso técnico e o *learning by doing* acompanham o investimento, alimentando rendimentos crescentes de escala. Isso implica que a expansão do investimento não apenas aumenta a capacidade produtiva, mas também eleva a produtividade mediante aprendizado, inovações incrementais e economias de escala. Esse processo é particularmente relevante em setores intensivos em tecnologia e em atividades que envolvem encadeamentos produtivos complexos.

Do estruturalismo, centra a análise nas transformações estruturais, ou seja, nas mudanças na composição setorial e tecnológica da economia. O desenvolvimento não é visto como mero crescimento quantitativo, mas como transformação qualitativa da estrutura produtiva, envolvendo diversificação, adensamento de encadeamentos, aumento da complexidade tecnológica e redução da heterogeneidade estrutural.

A articulação das três frentes de expansão potencializada pelos dois turbinadores configura uma estratégia de desenvolvimento que busca aproveitar as especificidades e potencialidades da economia brasileira. Diferentemente de modelos genéricos ou importados, a proposta de Bielschowsky ancora-se nas condições concretas do Brasil, identificando motores de crescimento endógenos e propondo mecanismos para potencializá-los. Trata-se de uma “abordagem estruturalista renovada”, que reconhece a importância da demanda efetiva, do progresso técnico e das transformações estruturais como elementos constitutivos do desenvolvimento.

2.5 A NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO E A RELAÇÃO ESTRUTURA-SUPERESTRUTURA

A discussão sobre a Nova Economia do Projeto (NEP) e o modelo chinês, introduzida no início do texto como, em certa medida, contrária à proposta de Bielschowsky, pode ser aprofundada pela perspectiva materialista da relação entre estrutura e superestrutura. A NEP, classificada como a atual etapa do socialismo chinês, caracteriza-se pela planificação econômica, racionalização da produção e diversidade teórica em seu arcabouço técnico-científico.

O sucesso chinês, com avanços econômicos e sociais significativos desde 1949, não é visto como um processo linear, mas sim como uma série de aperfeiçoamentos técnicos e teóricos, notadamente as reformas de Deng Xiaoping a partir de 1978. Essas reformas, que permitiram a fusão entre o Estado comunista e um modelo de Estado desenvolvimentista, coordenaram a abertura da economia de mercado à planificação econômica, mobilizando um acervo teórico diverso que inclui Marx, Engels, Keynes, Schumpeter e a tradição heterodoxa.

A NEP, nesse contexto, é definida como uma nova economia que o processo histórico está desenhando a partir de novos paradigmas produtivos e tecnológicos e superiores formas de planificação. A diversidade conceitual da NEP, que utiliza instrumentos teóricos diversos para o desenvolvimento, é frequentemente mal interpretada como um rompimento com a trajetória socialista. Contudo, a análise materialista sugere que a superestrutura (ideais, crenças, sistemas jurídicos e políticos) é determinada pela base material (estrutura) da vivência humana (Cirillo, 2025).

A NEP e as reformas chinesas não representam um enfraquecimento do processo revolucionário, mas sim uma nova etapa, onde a base material da China, transformada pelo desenvolvimento das forças produtivas, demanda uma superestrutura (teórica e institucional) mais complexa e diversa para sustentar o avanço. A própria tradição marxista reconhece que os elementos da superestrutura, uma vez postos no mundo, reagem sobre o que os rodeia e podem retroagir sobre suas causas, o que legitima a incorporação de novos

instrumentos teóricos (como os de Keynes e Schumpeter) para o avanço do socialismo (Cirillo, 2025). A NEP pode ser interpretada como a concretização da potencialidade histórica da experiência socialista chinesa, adaptando a superestrutura para otimizar a estrutura produtiva em um novo estágio de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O presente texto se propôs a analisar criticamente as principais abordagens contemporâneas sobre estratégias de desenvolvimento econômico, buscando responder à problemática central de como formular estratégias no capitalismo atual que superem os limites das formulações conciliatórias e sejam capazes de produzir transformações estruturais deliberadas. A síntese dos argumentos desenvolvidos ao longo das seções converge para uma conclusão inequívoca: o desenvolvimento, em sua acepção de superação da condição periférica e de construção de uma estrutura produtiva complexa e autônoma, exige a retomada de um modelo ativo de coordenação estatal e de indução de investimentos, distanciando-se radicalmente da passividade imposta pela hegemonia neoliberal.

A análise crítica demonstrou que abordagens como a Nova Economia Estruturalista (NES) de Justin Yifu Lin e o Novo Desenvolvimentismo de Luiz Carlos Bresser-Pereira, embora reconheçam a importância do Estado, falham ao tentar conciliar a necessidade de desenvolvimento com a ordem econômica vigente. Ao enfatizarem o alinhamento às vantagens comparativas existentes ou ao se concentrarem excessivamente em variáveis macroeconômicas sem enfrentar a política industrial ativa, essas correntes subestimam a necessidade de rupturas estruturais e tendem a reproduzir padrões históricos de especialização periférica. Em contraste, a tradição do Estruturalismo Latino-Americano Clássico (Prebisch, Furtado), e as contribuições de Ignácio Rangel sobre a dualidade da economia brasileira e a economia do projeto, fornecem o arcabouço teórico robusto para a defesa de uma intervenção estatal que não se limite a corrigir falhas de mercado, mas

que crie ativamente as condições para o surgimento de setores dinâmicos e a articulação de encadeamentos produtivos.

A materialização contemporânea de um modelo ativo de desenvolvimento foi examinada na experiência chinesa de socialização dos investimentos, que articula planejamento de longo prazo, coordenação territorial e inovação tecnológica. Este caso empírico reforça a tese de que o desenvolvimento é um processo político e deliberado, e não um resultado espontâneo das forças de mercado. Para o Brasil, a estratégia transformadora deve, portanto, articular as três frentes de expansão propostas por Ricardo Bielschowsky (consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura), que representam o potencial de crescimento do país, sob a égide da economia do projeto. Isso implica a coordenação estatal de investimentos de longo prazo, o fortalecimento de encadeamentos produtivos e a promoção de inovação tecnológica, visando a uma ruptura com a dependência tecnológica e a especialização primário-exportadora.

Em suma, a resposta à problemática central reside na necessidade de uma estratégia de desenvolvimento transformadora, que utilize o Estado como agente estruturante e anticíclico, capaz de produzir as rupturas necessárias para a superação do subdesenvolvimento. As implicações práticas desta conclusão apontam para a urgência de políticas industriais ativas e de um planejamento econômico que transcenda os ciclos políticos de curto prazo. Sugere-se, como agenda de pesquisa futura, o aprofundamento da análise sobre os mecanismos concretos de coordenação e financiamento de longo prazo que permitam a transposição do modelo teórico do projeto para a realidade institucional brasileira, bem como a investigação detalhada dos limites e desafios da experiência chinesa em um contexto de crescente competição geoeconômica e pressões geopolíticas delineadas pelo “império do capital”, com apoio dos seus “Estados múltiplos” (Wood, 2014). A China (ou mais especificamente) o eixo sino-russo, coloca-se assim como um poder contra hegemônico e isso é um fato que interessa ao mundo e, especialmente, ao “sul-global”.

BIBLIOGRAFIA

- AMSDEN, A. H. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. New York: Oxford University Press, 1989.
- AMSDEN, A. H. *The rise of "the rest": challenges to the west from late-industrializing economies*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- ARROW, K. J. The economic implications of learning by doing. *The Review of Economic Studies*, Oxford, v. 29, n. 3, p. 155-173, 1962.
- BANCO MUNDIAL. *Banco de dados*. 2025. Disponível em: <https://data.worldbank>. Acesso em: 15 out. 2025.
- BELLUZZO, L. G. *O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo*. São Paulo/Campinas: FACAMP/Contracorrente, 2016.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- BIELSCHOWSKY, R. *Teoria Novo-Desenvolvimentista: uma síntese*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), [s.d.].
- BIELSCHOWSKY, R. *Um desenho conceitual*. Brasília: IPEA, 2013.
- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. esp., p. 729-747, dez. 2012.
- BIELSCHOWSKY, R.; SQUEFF, G. C.; VASCONCELOS, L. F. *Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000*. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2063).
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Doze comentários a respeito do novo desenvolvimentismo*. 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/36p2NEHQ7nR1zAi2vznrOF>. Acesso em: 27 out. 2025.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Em busca do desenvolvimento perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *O Novo Desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional*. São Paulo: FGV, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Pactos políticos: do populismo à redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 4 (120), p. 663-686, out./dez. 2010.

- CAMPOS, R. M. C. O papel da nova economia do projeto para uma ordem multipolar. *Princípios*, Brasília, n. 172, p. 148-173, jan./abr. 2025.
- CASTRO, A. B. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- CASTRO, A. B. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: uma interpretação. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 3-26, jul./set. 2001.
- CHANG, H. *23 things they don't tell you about capitalism*. London: Penguin Books, 2011.
- CHANG, H. *Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective*. London: Anthem Press, 2002.
- CHESNAIS, F. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. Leiden: Brill, 2005.
- CHESNAIS, F. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1996.
- CIRILLO, C. H. Estrutura e superestrutura na nova economia do projeto. *Princípios*, Brasília, n. 172, p. 128-147, jan./abr. 2025.
- DE PAULA, L. F.; MOURA, R. Consequências econômicas da Operação Lava-Jato. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 28 ago. 2019. Opinião.
- DOSI, G. *Technical change and industrial transformation: the theory and an application to the semiconductor industry*. London: Macmillan, 1984.
- FERRARI FILHO, F.; PAULA, L. F. Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 775-807, set./dez. 2016.
- FRANK, A. G. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 19-48, mar. 1966.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- HENDERSON, H. D. *The inter-war Years and other papers*. Oxford: Clarendon Press, 1955.
- HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.
- INFOMONEY. *China anuncia pacote de estímulo de US\$ 586 bilhões (4 trilhões de iuanes) até 2010 para impulsionar demanda doméstica*. InfoMoney, São Paulo, 9 nov. 2008.
- JABBOUR, E. *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- JABBOUR, E. *China: socialismo e desenvolvimento*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- JABBOUR, E. Ignácio Rangel na China e a "nova economia do projeto". *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 35, n. 101, p. 195-214, 2021.

- JABBOUR, E.; DANTAS, A. T.; ESPÍNDOLA, C. J. Considerações iniciais sobre a “Nova Economia do Projeto”. *Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 17-42, maio/ago. 2020.
- JABBOUR, E.; DE PAULA, L. F. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2018.
- KALDOR, N. *Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.
- KALDOR, N. *Strategic factors in economic development*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.
- KEYNES, J. M. *The end of laissez-faire*. London: Hogarth Press, 1926.
- KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest and money*. London: Macmillan, 1936 [1964].
- KREGEL, J. Hamlet without the prince: Cambridge macroeconomics without money. *American Economic Review*, Nashville, v. 75, n. 2, p. 133-139, May 1985.
- LIN, J. Y. *New structural economics: a framework for rethinking development and policy*. Washington, D.C.: World Bank, 2012.
- MAMIGONIAN, A. Crítica à Teoria da Dependência no Brasil. *Revista Geosul*, Florianópolis, n. 29, p. 7-27, jan./jun. 2000.
- MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira e latino-americana. In: CHRISTOFOLETTI, A. et al. (org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002. p. 1-20.
- MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. *Cadernos Geográficos*, Florianópolis, n. 2, p. 6-49, maio 2000.
- MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. Ciudad de México: Era, 1972.
- MAZZUCATO, M. *The entrepreneurial state: debunking public vs. private sector myths*. London: Anthem Press, 2013.
- MONTEIRO DE CASTRO, M. H. *O pensamento econômico de Ignácio Rangel e a formação econômica do Brasil*. 2017. 210 p. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- MONTEIRO DE CASTRO, M. H. Elementos de economia do projeto. *Princípios*, Brasília, n. 172, p. 174-196, jan./abr. 2025.
- PINTO, A. *Teoría del desenvolvimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. *Boletim Econômico da CEPAL*, Santiago, v. 1, n. 1, p. 1-22, 1949.

- QIAN, Y.; WU, J. China's transition to a market economy: how far across the river? *In*: HOPE, N. C.; YANG, D. T.; LI, M. Y. (ed.). *How far across the river?* Chinese policy reform at the millennium. Stanford: Stanford University Press, 2003. p. 119-141.
- RANGEL, I. *A Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1970.
- RANGEL, I. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- RANGEL, I. *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- RANGEL, I. *Ensaio sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1957.
- RANGEL, I. *Ensaio sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- RANGEL, I. *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*. Salvador: Univ. da Bahia, 1957.
- RANGEL, I. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.
- SALAMA, P. *Le processus de sous-développement*. Paris: Maspero, 1976.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper & Brothers, 1942.
- SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 27, n. 4 (108), p. 507-524, out./dez. 2007.
- SILVEIRA, M. R.; FELIPE JUNIOR, N. F.; COCCO, R. G. Desglobalização ou regionalização da globalização? A reorganização territorial do comércio exterior e seus aspectos geoeconômicos e geopolíticos. *Revista Ciência Geográfica*, Bauru, v. 29, n. 2, jan./dez. 2025.
- STIGLITZ, J. E. Whither reform? ten years of the transition. *In*: ANNUAL WORLD BANK CONFERENCE ON DEVELOPMENT ECONOMICS. *Anais [...]*. Washington, D.C.: World Bank, 1999. p. 55-97.
- WALLERSTEIN, I. *The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the European World-Economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.
- WILLIAMSON, J. What should the World Bank think about the Washington Consensus? *World Bank Research Observer*, Oxford, v. 15, n. 2, p. 251-264, 2000.
- WOOD, E. M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Referência completa (ABNT):

SILVEIRA, Márcio Rogério. Estratégias de desenvolvimento no capitalismo contemporâneo: uma análise crítica das três frentes de expansão, da economia do projeto e das experiências comparadas a partir das notas de aula (parte 1). *Textos para Discussão: LabCit/GEDRI*, Florianópolis, v. 6, n. 5, 16 dez. 2025.